

29 JUL 1989

Presidente não cumpre LDO pacamente

Congresso pode não receber pacote na segunda-feira

BRASÍLIA — O presidente José Sarney resiste a enviar ao Congresso o pacote tributário — que reduz incentivos fiscais e cria novos impostos —, como determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), sancionada pelo próprio presidente no início de julho. O pacote de projetos de lei está praticamente concluído pelos técnicos da área econômica e deveria proporcionar um ganho de arrecadação de US\$ 1 bilhão 550 milhões, equivalente a 0,47% do Produto Interno Bruto (PIB), para cobrir o rombo do orçamento de 1990. Ainda não há uma decisão fechada sobre o destino do pacote.

Segundo uma fonte do governo, o presidente Sarney não quer “impor novos sacrifícios” à população brasileira, com aumento e criação de impostos que teriam resultados na gestão do próximo presidente. Por isso, encomendou à sua assessoria que encontrasse meios de transferir a responsabilidade pela proposta de um pacote tributário ao próprio Congresso. “O presidente pode enviar uma mensagem comprometendo-se a sancionar todos os projetos de alteração tributária propostos e aprovados pelo Congresso”, afirma um dos assessores encar-

regados de encontrar alternativas para o presidente.

De acordo com a LDO, o Executivo tem prazo até segunda-feira para enviar os projetos de lei do pacote tributário, que serão examinados em regime de urgência. No entanto, o Congresso só voltará a se reunir na terça-feira, o que daria ao governo mais um dia para examinar a proposta preparada pela Receita Federal e encontrar a saída recomendada pelo presidente. “Os ministros Mailson e João Batista podem ainda convencer o presidente da necessidade do pacote”, admite o assessor.

Um dos argumentos em favor do pacote tributário é que ele só atinge a parcela mais rica da população — o imposto sobre grandes fortunas começa a incidir para bens com valor superior a NCz\$ 3,5 milhões — e os privilegiados, como os produtores rurais, que não pagam imposto de renda, e os que se beneficiam de incentivos fiscais. A área econômica pretende argumentar ainda que, mesmo com o pacote, o “buraco” no orçamento de 1990 é de cerca de 2% do PIB — cerca de US\$ 6,6 bilhões — e deverá ser coberto com cortes de investimentos e outros custeos. “O presidente pode, por exemplo, condicionar determinadas despesas a um pacote criado pelo próprio Congresso”, responde uma fonte do Palácio do Planalto.